

**GRUPO DE TRABALHO  
PARA ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA DOS  
INCÊNDIOS FLORESTAIS**

**5 de fevereiro de 2014**

**(1.<sup>a</sup> Audição)**

## **SUMÁRIO**

*O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho, Vice-Presidente Guilherme Silva, deu início à reunião eram 10 horas e 1 minuto.*

*Às perguntas formuladas pelos Srs. Deputados Helena Pinto (BE), Abel Baptista (CDS-PP), Maurício Marques (PSD) e Isabel Oneto e Miguel Freitas (PS) responderam os Srs. Rui Alberto Moreira da Silva (Presidente da Direção da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários), António Calinas (Vice-Presidente da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários) e Ricardo Correia (Diretor da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários).*

*O Sr. Coordenador encerrou a audição eram 11 horas e 25 minutos.*

O Sr. Coordenador (Guilherme Silva): — Está aberta a reunião.

*Eram 10 horas e 1 minuto.*

Srs. Deputados, eu queria começar esta primeira audição de hoje — a primeira de quatro — agradecendo à Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários a disponibilidade de vir aqui reunir com este Grupo de Trabalho, que foi criado por iniciativa da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia da República e que decorre do facto de, infelizmente, o ano de 2013 ter sido muito marcante em termos de incêndios florestais.

O Grupo de Trabalho pretende que a Assembleia da República faça uma reflexão o mais aprofundada possível no sentido de identificarmos eventuais constrangimentos legislativos que necessitem de intervenção por via de diplomas legais de alteração e aperfeiçoamento do quadro que regula esta matéria com vista a que os mecanismos de prevenção e de combate aos incêndios sejam aperfeiçoados e funcionem com maior eficácia. Pretende também que, com o mesmo sentido e objetivo, se identifiquem as recomendações que, neste domínio, se possam fazer ao Governo da República no sentido de as adotar para que a prevenção e o combate aos incêndios se torne mais eficaz.

Naturalmente que a experiência e o conhecimento da ação no terreno que a Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários conhece melhor que ninguém não permitiam que dispensássemos a sua colaboração de uma forma relevante. Como calculam, não é possível a este Grupo de Trabalho ouvir todas as instituições e entidades ligadas a esta problemática, pelo que tivemos de fazer uma seleção. Pedimos alguns contributos escritos, mas para o debate e de modo a que os Srs. Deputados possam colocar diretamente as questões tivemos de ser mais seletivos, tendo a Associação

dos Bombeiros Voluntários sido, naturalmente, uma das entidades que entendemos ouvir diretamente.

Por ter havido um ligeiro incidente inicial quanto a procedermos a uma audição conjunta ou separada, queria registar e agradecer a colaboração e a compreensão da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários para ultrapassarmos essa questão.

O método que iremos seguir consiste em atribuir 5 minutos a cada grupo parlamentar para colocar questões e a seguir será atribuído tempo aos elementos da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários para darem as respostas.

Começaria pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Pinto.

Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Helena Pinto (BE): — Muito obrigada, Sr. Coordenador.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar a Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários e agradecer a sua disponibilidade para estar presente nesta reunião.

Na sequência das palavras do Sr. Coordenador, que já contextualizou, e bem, o papel deste Grupo de Trabalho, acho que se torna evidente a importância da vossa audição no sentido de poderem transmitir ao Grupo de Trabalho e à Assembleia da República as dificuldades, os constrangimentos, as necessidades que os bombeiros voluntários podem sentir no combate aos incêndios florestais.

Do meu ponto de vista, o que sobretudo importa aqui saber é quais são as necessidades mais prementes no combate aos incêndios por parte das vossas corporações de bombeiros, o que é que sentem quando são chamados a combater um grande incêndio, quais são as dificuldades e aquilo que seria possível mudar.

Esta audição centra-se muito no âmbito do combate aos incêndios, no entanto, como é lógico, também não poderei deixar de vos perguntar se têm opiniões — com certeza que as terão, e serão bem-vindas — em relação a outras áreas, como seja a questão da prevenção. Tanto quanto sei, os bombeiros voluntários também são muitas vezes chamados para situações de prevenção, como as de limpeza dos terrenos que é necessário fazer, de abertura de passagens, etc.

Nesse aspeto, pergunto-vos, por exemplo, da vossa experiência de relacionamento com as câmaras municipais e até com as juntas de freguesia, se há uma boa articulação e se, nesse aspeto, as coisas funcionam bem, porque são duas entidades que, conhecendo bem o território, podem, articulando esforços, resolver alguns dos problemas que depois se revelam dramáticos no momento exato de fazer o combate ao incêndio.

Mas, voltando à questão do combate, coloco algumas questões um pouco mais concretas e que se prendem, como dizia, com as necessidades das próprias corporações de bombeiros, nomeadamente, por exemplo, em termos de equipamento dos próprios bombeiros. Esse assunto já foi tratado noutras audições, sabemos que é caro, mas para além disso como é que vêm o problema do equipamento? Era preciso mais equipamento? Que tipo de equipamento? Como é que se poderia resolver essa questão, para além, como é óbvio, das viaturas, das máquinas de arrasto, de tudo isso? E aqui também há alguma colaboração com outras entidades, nomeadamente com as câmaras municipais?

Outra questão tem a ver com o teatro das operações, como se costuma chamar. Existem algumas dificuldades, inclusivamente na cadeia de comando, quando se inicia o processo do combate ao incêndio?

Por último, pergunto se entendem que seria bom alterar algum aspeto legislativo, podendo este Grupo de Trabalho, depois, vir a fazer propostas nesse sentido.

O Sr. Coordenador: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Ramos.

O Sr. João Ramos (PCP): — Muito obrigado, Sr. Coordenador.

Começo por, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, cumprimentar os nossos convidados.

Irei colocar as minhas questões de forma muito sintética.

A primeira questão prende-se com a formação dos bombeiros, uma matéria que se tem discutido. Quando este Grupo de Trabalho esteve na Autoridade Nacional de Proteção Civil esta matéria também foi falada. Gostávamos de ter a vossa opinião relativamente à forma como se faz a formação e o treino, porque percebemos que não é bem a mesma coisa. Podemos estar a fazer bem uma coisa e não estarmos a fazer tão bem outra, por isso gostava que falassem um pouco sobre estas matérias.

Outra questão tem a ver com a articulação. Aquilo que verificamos é que há um conjunto grande de forças no terreno, nos teatros de operações: a GNR, o corpo especial de bombeiros, os bombeiros voluntários, um grupo grande de equipas, como os sapadores florestais, etc... Gostaria de perceber como é que se faz essa articulação. Cada um tem competências em diferentes áreas. Noutras audições, já percebemos que essa transição de competências nem sempre é feita da melhor forma, muitas vezes com risco para quem está no terreno. Gostava, pois, que falassem um pouco sobre isso.

Há uma outra questão que já foi colocada e que tem a ver com os meios. Como é que avaliam os meios postos à disposição, tendo em conta

que há um conjunto de equipamentos que são caros? O que sabemos é que, muitas vezes, nomeadamente processos de candidatura a fundos para aquisição nem sempre são tão céleres e tão expeditos como deviam ser, que os processos, por exemplo, com a certificação de viaturas... Eu vi, num quartel de bombeiros de um sítio que ardeu este ano, uma viatura de combate a incêndios florestais que não podia sair do quartel porque não estava certificada, dado que foi adquirida ao abrigo de fundos comunitários, havendo um conjunto de procedimentos a cumprir. Como é que avaliam esses processos?

Outra questão, ainda, tem a ver com o abandono do interior do País, com o êxodo rural. Na vossa perspetiva, que efeitos tem o êxodo rural a este nível? Nós temos feito muito esta abordagem do ponto de vista daquilo que é a gestão florestal e a ocupação do território, mas até para os efetivos, para os meios humanos dos corpos dos bombeiros voluntários isto tem implicações. Como é que avaliam isto?

A terminar, relativamente às questões de prevenção, os bombeiros são quem está no terreno quando as coisas correm mal em termos de incêndios, por isso também são vítimas daquilo que é todo um processo de produção de floresta. Gostava, pois, de perceber se fizeram alguma reflexão sobre como é que o nosso País está a fazer floresta e as implicações que isso tem quer nos incêndios quer no vosso trabalho, se consideram que a forma como estamos a fazer a floresta é a mais adequada e se isso tem ou não implicação nos fogos florestais, isto é, se as políticas florestais têm implicação nos incêndios e na situação que está criada relativamente a estas matérias.

O Sr. Coordenador: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abel Baptista.

O Sr. Abel Baptista (CDS-PP): — Muito bom dia.

Em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, queria também dirigir uma palavra à Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários.

Neste Grupo de Trabalho, estamos a falar pela primeira vez com uma associação ligada aos bombeiros voluntários, tendo, no último ano de grandes incêndios florestais, morrido vários, pelo que quero dirigir-vos uma palavra de condolências e, evidentemente, de pesar pela perda de muitos dos vossos camaradas de combate.

Quero dar-vos nota de que o voluntariado é uma base muito interessante no que diz respeito à área dos bombeiros e, nessa medida, naquilo que tem a ver com a proteção civil. Não pode ser um voluntariado voluntarioso, tem de ser um voluntariado responsável e, nessa medida, além das questões que o Sr. Deputado João Ramos, do Grupo Parlamentar do partido Comunista, já vos colocou, relativamente à questão da formação inicial e daquilo que é a formação contínua ou trabalho operacional, gostaria que se pronunciassem um pouco sobre essa matéria no sentido de saber se, de uma forma geral, existe este trabalho de manutenção, de contenção naquilo que é o trabalho dos bombeiros no que diz respeito à sua operacionalidade.

Para nós, que temos de fazer trabalho legislativo sobre esta matéria mas também trabalho de recomendação e de apresentação de propostas de trabalho ao Governo, até porque surgem algumas notícias, umas com verdade, outras sem verdade, de que, por exemplo, metade dos bombeiros voluntários não tem trabalho operacional, seria interessante saber se assim é ou não. Não sei se é verdade ou não, mas conhecem as notícias, são públicas. Não ouvi dizer, li-as.

Gostava, portanto, de ouvir o vosso comentário sobre isto e de saber qual é a vossa perspetiva.

Há uma questão relativamente à qual seria interessante saber a vossa opinião. Muitos dos municípios portugueses têm vindo a aplicar aquilo a que se chama a taxa municipal de proteção civil. O que gostaria de saber é se essa taxa tem tido algum reflexo naquilo que são os apoios que depois os bombeiros recebem por parte dos municípios.

Há municípios que desenvolvem um trabalho muito interessante nesta matéria, mas há outros que se calhar não o farão, pelo que gostaria de saber se têm essa noção. É que taxa municipal de proteção civil, para ficar receita do município para abrir mais um caminho, pode não ser o mais adequado para aquilo que é o fim da própria taxa.

Relativamente aos meios de proteção individual e de apoio ao combate, que são sempre muito necessários, surge sempre o problema de falta de meios nesta matéria. O exemplo que vou dar se calhar não é o melhor, mas o presidente da corporação de que sou sócio e de que já fui dirigente dizia há dias que tem lá uma viatura inoperacional há um ano e tal, porque a garantia só pode ser acionada pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, que está em litígio com o fornecedor, pelo que a viatura não funciona. Posso dizer-vos qual é a corporação: são os Bombeiros Voluntários de Ponte de Lima. Eles até têm dinheiro para mandarem reparar a viatura, mas não podem, porque se a mandarem reparar perdem a garantia. Está, pois, ali um veículo completamente inoperacional devido a uma questão muito simples, que tem a ver com uma bomba. Mas o que é facto é que está ali parada uma viatura que custou umas dezenas largas de milhares de euros!

No que diz respeito à proteção, seria uma solução haver uma central de compras para este equipamento de forma a poder ter um preço mais adequado?

O Sr. Coordenador: — Sr. Deputado Maurício Marques, tem a palavra.

O Sr. Maurício Marques (PSD): — Sr. Vice-Presidente, começo por cumprimentar a Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários, manifestar pesar pelos bombeiros falecidos no ano passado e aproveitar a vossa presença para, de certa forma, nos ajudarem a elaborar o nosso trabalho.

Como já foi dito, o nosso objetivo é, desde logo, legislativo, portanto alterar a legislação de modo a que nos permita ser mais eficazes e, depois, apresentar projetos de resolução no sentido de recomendar ao Governo que tome outras iniciativas, para além daquelas que tem tomado.

De todo o modo, como estou na presença de uma associação de bombeiros, vou cingir-me essencialmente ao combate.

Não vou repetir aquilo que os meus colegas já referiram, mas, no que à formação diz respeito, tocar apenas num assunto que não foi falado e que tem a ver com a Escola Nacional de Bombeiros.

Gostaria de saber até que ponto é que a Escola exerce a missão para que foi criada, ou seja, forma ou não bombeiros. Queria saber se os senhores têm alguma dificuldade de relacionamento com a Escola e até que ponto é que a Escola, ao longo da sua vida — e não estou a falar nem deste nem dos outros Governos —, tem cumprido a sua missão, que é a de formar bombeiros para o combate.

Aproveito a ocasião para dizer o seguinte: nós sabemos que, aquando dos grandes incêndios, há movimentação de forças para o combate. Gostaria de também colher o vosso contributo na melhoria significativa que, penso, podemos ter em duas vertentes.

Primeiro, na movimentação. Verificamos que são muitas as horas de movimentação e, se calhar, não são pelas formas mais adequadas. Os bombeiros, quando chegam ao teatro de operações, como já aqui foi dito, vão exaustos, vão cansados, estão a precisar de descansar e não de combater. Até que ponto é que se poderia melhorar essa movimentação das forças em presença? Por outro lado, até que ponto é que as corporações de bombeiros que são movimentadas para locais de distrito completamente diferentes do seu, a começar pela morfologia do terreno, estão coordenadas para fazer uma ação efetiva de combate ao fogo?

Depois, queríamos questionar sobre o seguinte: já aqui se falou na questão das câmaras, pelo que não vou tocar nesse assunto, mas vou tocar num outro assunto, que tem a ver com os instrumentos de combate, aqueles que os senhores efetivamente conhecem.

Todos os anos, a comunicação social fala em não sei quantos meios aéreos, e mais isto e mais aquilo e, se calhar, nós, que pertencemos a partidos políticos, contribuímos também para isso porque o que queremos são mais aviões, mais helicópteros, etc., etc., enfim, enchemos a boca a falar disso, e muitas vezes esquecemo-nos de equipamentos pequenos, como sejam as máquinas de arrasto. Máquinas essas — e eu tenho alguma experiência nessa matéria —, que por vezes são mais eficazes do que o próprio meio aéreo. É porque o avião vai lá, descarrega, vai-se embora, mas, quando volta, aquilo está na mesma ou pior.

Queria que os senhores claramente nos dissessem aqui se se justifica que parte daquilo que gastamos todos os anos em meios aéreos não deveria, eventualmente, ser reduzido e melhorado em máquinas que, para mim, poderiam ter (mas gostava de ouvir a vossa opinião) uma ação preponderante ao longo de todo o ano em trabalho efetivo na floresta — e

estou a falar na prevenção e, depois, no combate. Gostaria, pois, que manifestassem a vossa opinião.

Por último, queria questionar-vos no seguinte sentido: nós verificamos que grande parte dos incêndios resulta de um rescaldo que é mal feito. Ou seja, o combate é declarado extinto, vão-se embora, mas nós sabemos que há reacendimentos que podem ocorrer um dia, dois dias depois de o incêndio ter sido considerado extinto. Até que ponto poderíamos melhorar estas ações efetivas de rescaldo para evitar os reacendimentos, porquanto sabemos bem que grande parte dos incêndios resultam deste facto? Gostaria que os senhores se pronunciassem sobre esta questão.

Uma vez que não disponho de mais tempo, dou por terminada a minha intervenção, agradecendo, desde já, a vossa participação.

O Sr. Coordenador: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Oneto.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Oneto (PS): — Sr. Coordenador, começo por, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e em meu nome pessoal, uma vez que já nos cruzámos noutras instâncias, cumprimentar a Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários. O Partido Socialista já fez saber da sua solidariedade para com todos os incidentes e, obviamente, lamenta as mortes ocorridas.

E começo precisamente por esse ponto. Nós temos tido um histórico relativamente aos incidentes em teatros de operações — e estou a falar nomeadamente de incêndios florestais, porque é essa a problemática que estamos a tratar. Sabendo, apesar de tudo, que os incêndios florestais são uma pequena parte da atividade diária das corporações de bombeiros (não podemos esquecer essa vertente), a verdade é que este ano fomos

surpreendidos com um conjunto de incidentes que culminaram na morte de vários bombeiros — e não estamos a fazer qualquer juízo de valor relativamente às situações, são dados objetivos. Não se tratou de um incêndio que ceifou a vida de sete, oito ou nove pessoas, mas de um conjunto de incidentes que ceifaram a vida a vários bombeiros. Ora, isto faz-nos refletir.

Todos sabemos que, muitas vezes, no teatro de operações uma mudança de vento inesperada, devido até à própria concentração de calor ou às condições do terreno, pode acontecer. Porém, embora saibamos, pelas estatísticas, de um elevado número de bombeiros que morrem em serviço, não há memória deste conjunto de ocorrências registadas. A verdade é que a percentagem daqueles que faleceram em teatro de operações — e vou excluir aqueles que tiveram acidentes de viação quando se dirigiam ao local do incêndio, porque são coisas distintas, prende-se mais com a condução de veículos de emergência do que com o ataque operacional ao próprio incêndio — é muito elevada.

Em vossa opinião, este conjunto de ocorrências que registámos em 2013 foi coincidência ou faz-nos suscitar a questão da unidade de comando? Por outras palavras, faz-nos ou não suscitar a questão de quem define a estratégia de combate ao incêndio?

Passando a outra matéria, a questão que coloco é esta: o SIOPS (Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro) define o princípio da unidade de comando relativamente a todas as ocorrências. A verdade é que a concretização do SIOPS em termos de posto de comando operacional só se concretiza, só se materializa efetivamente quando, em regra, passa a ataque ampliado.

A questão que se coloca é esta: o comandante de bombeiros que chega ao teatro de operações, seja ele bombeiro de terceira, de segunda ou

de primeira, seja chefe, seja o que for, fica incumbido, nos termos do SIOPS, de determinar se precisa ou não de mais meios. Pergunto: e se o bombeiro que está a comandar aquele teatro de operações disser: «Eu, para fazer essa avaliação, preciso do posto de comando operacional e ter aqui o oficial de ligação da GNR, o guarda-florestal, informação meteorológica», há condições para fazer isto? Os meios respondem? Ou é quando o incêndio chega a um determinado patamar que as entidades... É porque há muitas entidades no terreno, é verdade, mas é o SIOPS que determina como é que se coordenam. Exceto, obviamente, aqueles fogos que são postos estrategicamente para ser grandes incêndios, em regra, os incêndios começam por ser pequenos e a maior parte deles até são resolvidos. Temos de ter a noção de que a esmagadora maioria, é resolvida. Mas, como eu estava a dizer, só quando o incêndio chega a um determinado patamar é que parece que o SIOPS cumpre. Sinto que ainda não há a interiorização de que, quando um bombeiro sai do quartel, é uma autoridade que tem de ser acompanhada por todas as demais.

O Sr. Coordenador: — Faça favor de terminar, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Oneto (PS): — Antes de terminar, gostava de referir-me a uma questão que tem a ver com a introdução do CADIS (Comandante Operacional de Agrupamento Distrital) a 31 de maio de 2013 e também com a questão do apoio logístico no teatro de operações. O que tem falhado? Qual o papel das câmaras? Qual o papel do apoio logístico — sabem, com certeza, ao que estou a referir-me — a toda a operação, tendo a noção de que, num combate ao incêndio, ao fim de 4 horas um bombeiro está exausto. Por mais que digam que está lá 20 horas, ele ao fim de 4 horas está encostado à espera que as coisas passem, porque é humanamente

impossível, para quem está junto a uma frente de incêndio, com uma temperatura elevadíssima e com pouco oxigénio, e muitas vezes sem alimentação, conseguir resistir.

O Sr. Coordenador: — Tem a palavra o Sr. Deputado Relator, Miguel Freitas.

O Sr. Miguel Freitas (PS): — Sr. Coordenador, começo por também cumprimentar o Sr. Comandante da Liga dos Bombeiros Portugueses.

Duas ou três questões estruturais.

Primeira questão: gostaria que me dessem um retrato da adequação de meios em matéria de bombeiros a nível nacional, isto é, se todos os distritos estão bem servidos de corporações de bombeiros.

Segunda questão: os CADIS, os CODIS (Comandantes Operacionais Distritais) e os COM (Comandantes Operacionais Municipais). Acha que a forma como, neste momento, são nomeados é a correta? Deve ou não haver uma carreira de gestão de emergências em Portugal?

Terceira questão: tipificação dos corpos de bombeiros. Acha que devemos avançar com ela ou não?

Quarta questão: Força Especial de Bombeiros. Por um lado, temos a força terrestre e, por outro, as forças helitransportadas, isto é, hoje temos GIPS (Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro) e temos «Canarinhos». Temos «Canarinhos» não enquadrados, do ponto de vista orgânico. Gostava de ouvir a vossa opinião.

O Sr. Coordenador: — Tem a palavra o Sr. Presidente da Direção da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários, Rui Alberto Moreira da Silva.

O Sr. Miguel Freitas (PS): — Sr. Coordenador, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Oneto chamou a minha atenção para uma questão importante: a tipificação está feita. O que eu gostava de saber é se considera ou não que o financiamento deve ser feito em função dessa tipificação.

O Sr. Coordenador: — Tem, agora, a palavra, Sr. Presidente da Direção da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários.

O Sr. Rui Alberto Moreira da Silva (Presidente da Direção da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários): — Enquanto se prepara a apresentação de um curto *PowerPoint*, que não pretende ser mais do que uma pequena chamada de atenção, começaria por agradecer a este Grupo de Trabalho o facto de nos receber e de nos ouvir. Isso demonstra que há a preocupação em ouvir as bases, em ouvir quem efetivamente está com a «agulheta na mão», se me permitem a expressão, e também podermos dar um contributo, que deve ser dado nos locais certos. Muitas vezes, temos tendência a extravasar para a comunicação social alguma da nossa mágoa, mas, se o podemos fazer em sítios que consideramos certos como é o caso deste, achamos que é bem mais vantajoso para todos.

Por outro lado, também não podemos esquecer que os senhores, enquanto Deputados, têm não só a responsabilidade como a possibilidade de mudar muito daquilo que consideramos que não está tão bem quanto deveria estar. Nesse aspeto, agradeço, mais uma vez, o facto de nos ouvirem.

Por outro lado ainda, a precisão e a qualidade das questões que os Srs. Deputados colocaram, para mim, como bombeiro, demonstra,

primeiro, um grande conhecimento e, depois, que os senhores também sabem onde é que as coisas não estão tão bem quanto deveriam estar, o que nos tranquiliza. Quando isso acontece, é porque há um grande interesse por parte de quem nos coloca essas questões.

Faço-me acompanhar por dois colegas da Direção, o Vice-Presidente António Calinas e o Diretor Ricardo Correia. Sou bombeiro no norte do País, na cidade de Vila do Conde, e no norte do País, por norma, não nos deslocamos para outros locais se não no distrito do Porto e periferia.

Porém, é muito normal, como é o caso do António Calinas, que é de Lisboa, incorporar GRIF's (grupos de reforço a incêndios florestais) e GRUATA's (grupos de reforço de ataque ampliado), que se deslocam e por isso ele poderá acrescentar um ponto de vista que não tenho, apesar de ser Presidente da Associação.

Por outro lado, o Ricardo Correia, oriundo do corpo de Bombeiros Municipais da Lousã, embora fazendo serviço como voluntário, poderá referir um dos pontos sensíveis em termos de fogos florestais.

Então, se me permitem e agradecendo de novo, vou apresentar um pequeno *PowerPoint* que vai responder a muitas das questões que nos colocaram.

*Pausa.*

Vou deixar este trabalho ao Sr. Coordenador, que depois poderá fazê-lo chegar a cada um dos interessados.

Isto foi retirado este ano de redes sociais, nomeadamente do *Facebook*... Para terem uma ideia, muitas vezes eu estava numa frente de fogo e conseguia saber o que se passava em todo o País... Hoje, temos uma

fonte de informação privilegiada e foi isso que me serviu para retirar as imagens.

Procurei ser o mais isento possível em relação às imagens, mas também não publicar aquelas que eram mais chocantes e que abundavam na *Internet*.

No fundo, o que pretendo com estas imagens é responder um pouco quando me perguntam que logística temos nos incêndios florestais, que alimentação temos quando os corpos de bombeiros e outras estruturas pedem alimentos às populações para os bombeiros que estão na frente de fogo. Pedem água, leite e fruta para alimentar os bombeiros que estão na frente de fogo há dois, três, quatro dias, como se isso repusesse aquilo que um bombeiro gasta quando combate o fogo...

Esta foi uma mera introdução, mas parece-me que as imagens são bem elucidativas.

Passo a responder à Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Pinto, que perguntou que necessidades têm os corpos de bombeiros aquando do combate aos incêndios.

A logística é uma delas, e aqui o relacionamento com as autarquias tem um papel fundamental, nomeadamente a figura do comandante operacional municipal, que poderia ser a pessoa que faz o levantamento dos restaurantes que podiam fornecer as refeições e em que quantidade. Tudo isto deveria estar pronto para que, quando acontecesse um incêndio com uma dimensão que tivesse de receber forças do exterior, pudesse haver uma resposta.

Não é possível chegar ao restaurante ou à churrasqueira que habitualmente serve aquele corpo de bombeiros e pedir 200, 300 refeições no espaço de um hora ou duas! Este tem de ser um trabalho de casa, que muitas vezes não está feito, a estes três níveis. Não há previsão para dar

esta resposta, e muitas vezes o relacionamento com as autarquias é nulo porque de contrário não víamos aquilo que ali está referido, ou seja, o pedido de alimentação nas redes sociais.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada falou também nos equipamentos de proteção individual. Esta é uma questão que a nós, associação de classe dos bombeiros voluntários e enquanto bombeiros, nos preocupa muito. E preocupa-nos muito por vários motivos.

O primeiro é o seguinte: o bombeiro, depois de retirar a farda ou o equipamento de proteção individual, por norma, é chefe de família, é pai, é marido. Tem um papel fundamental numa família e, quando ele sofre um acidente, isso vai repercutir-se nos vários membros dessa família, o que nos aflige muito.

Por outro lado, quanto aos EPI (equipamentos de proteção individual), muitas vezes, não se trata sequer de questão de apoio ou investimento por parte do Estado.

Quase me atrevia a dizer que sou do tempo em que uma Sr.<sup>a</sup> Deputada aqui presente tinha responsabilidades como governadora civil, tendo sido responsável por um dos apoios que foi distribuído no distrito do Porto, o meu distrito de atuação.

Num levantamento muito rápido e simples do que foi o investimento e a ajuda, através do QREN ou diretamente através Ministério da Administração Interna, à Autoridade Nacional de Proteção Civil de 2009 a 2014, somamos 20 milhões de euros. Ora, 20 milhões a distribuir pelos 30 000 bombeiros que estão neste momento no quadro ativo e no quadro de comando dá um número que não é muito bonito de 660 euros. Ou seja, em cinco anos, cada um dos bombeiros deveria ter tido um investimento de 660 euros. Não conheço nenhum colega que tenha recebido um

investimento nesse montante só no equipamento de proteção individual florestal.

Contrariamente, nos equipamentos de proteção individual para outro tipo de serviços que os bombeiros prestam — e já foi dito, e muito bem, que os incêndios florestais andam entre os 3 e os 7%, eventualmente 10%, daquilo que é a atividade de um corpo de bombeiros — nunca me apercebi de um investimento em equipamentos de proteção individual urbano e industrial, que são mais caros, implicam o uso de aparelhos respiratórios autónomos, etc. No entanto, cada vez mais verifico que, num curto espaço de tempo, passamos de uma imagem como a do combate ao incêndio do Chiado, que foi combatido em mangas de camisa, para os dias de hoje, em que combatemos completamente equipados e muitíssimo bem equipados.

Causa-me estranheza, enquanto Presidente da Associação e enquanto bombeiro, porque é que se investe tanto nos equipamentos de proteção florestais e depois os bombeiros não veem esse resultado no terreno.

Muitas vezes aponta-se como causa o facto de se comprar quantidade e não qualidade, ou seja, aquilo que inicialmente é o concurso acaba por ser adulterado pelas estruturas dos bombeiros. E aqui, como alguém já referiu, achamos também que quem faz o caderno de encargos deve ser o mesmo que faz a compra e o mesmo que entrega aos corpos de bombeiros o equipamento.

Recentemente, foi referido — este é um exemplo do estabelecer de normas, por um lado, e depois da fiscalização, por outro — o que acontecia aos autos de notícia levantados pela GNR, em que víamos que muitos deles, ou a quase totalidade, não tinham consequência. Apenas uma pequena percentagem tinha consequência, precisamente porque não era a mesma entidade a dar continuidade.

É urgente que o caderno de encargos, ou seja, aquilo que devem ser as normas técnicas de um equipamento de proteção individual, seja bem feito.

Já apresentámos, não só à Autoridade Nacional de Proteção Civil como ao próprio Ministério da Administração Interna, um estudo que elaborámos sobre um equipamento — e aqui posso falar abertamente de custos — que uma empresa fabricou segundo um padrão e uma certificação internacional, que obedece também à certificação nacional, em que esse equipamento custaria, por homem, o conjunto de calça e casaco/*dolmen*, entre 160 e 180 euros. Portanto, o equipamento não é caro, com o padrão que já referi, respeitando as especificações técnicas aplicáveis.

Estamos a falar de equipamento para bombeiros, porque se falarmos naquilo que é habitual o bombeiro usar — trata-se de fardamento composto normalmente por algodão — passamos a ter um equipamento de proteção individual que na gíria e na camarata chamamos equipamento de proteção individual para jardineiro, e não para bombeiro.

Relativamente aos teatros de operações e às dificuldades na cadeia de comando, por vezes acontecem algumas dificuldades. Uma coisa é estarmos num teatro de operações com um corpo de bombeiros local, outra coisa é estarmos num teatro de operações com o corpo de bombeiros local mais os vizinhos e outra coisa ainda é termos um conjunto de entidades e um número de bombeiros grande. Aqui, como em tudo, efetivamente, é sempre mais difícil essa articulação da cadeia de comando.

Contudo, enquanto bombeiro, a minha perceção é que os bombeiros têm efetivamente uma hierarquia muito bem vincada e impera sobretudo o respeito, o que quer dizer que os bombeiros mais velhos e por norma mais graduados têm efetivamente um papel muito importante naquilo que deve

ser a cadeia de comando, por respeito e não por imposição, até, do próprio posto.

Quanto a legislação a alterar, Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Pinto, permita-me que lhe diga que a devíamos alterar toda. A legislação aplicável a bombeiros é uma legislação arcaica, ultrapassada e ineficiente.

Dou-lhe só um exemplo. É possível um elemento de comando com uma formação de 150 horas comandar um número indeterminado de bombeiros e é exigido a um bombeiro no início de carreira, na base, 350 horas de formação. É necessário altear isto.

É necessário alterar a situação em que um chefe de grupo de combate não tem de ser um elemento de comando.

Temos um chefe de equipa que, por norma, tem o posto de chefe, mas para os chefes de grupo de combate, por norma, a formação e o posto é dado a um elemento de comando. Tem de ser dado às chefias! Os bombeiros respeitam as suas chefias, porque elas são pessoas com mais experiência, que conhecem o terreno, conhecem os homens que comandam, e muitas vezes, contrariamente àquilo que possa parecer — porque a legislação está de tal maneira mal feita que permite isto —, um bombeiro em início de carreira tem mais formação do que um elemento de comando. E isto reflete-se, depois, nos teatros de operações.

Todos devem estar lembrados que, em agosto do ano passado, afirmei que se cometeram graves erros básicos no incêndio do Caramulo — isto em agosto, em plena época quente.

Custou-me muito dizer isso, até porque não me estava a arreferir aos bombeiros mas àquilo que é hoje, muitas vezes, uma política e uma forma, no terreno, de se garantir essa hierarquia e esse comando por parte de estruturas que não conhecem o terreno, sendo muitas vezes arredado desse terreno o comando local, fazendo outras funções que não que deveria fazer,

o que se reflete nos próprios relatórios, que respeitamos muito e por isso é que não trouxemos nenhum documento, porque aquilo que havia a pontar relativamente a 2013 está inventariado e apontado.

Como bombeiro e como Presidente da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários, gostava muito que 2013 fosse um virar de página naquilo que é o trabalho dos bombeiros voluntários em Portugal, do ponto de vista legislativo, organizacional, de equipamentos. Com disse, muitas vezes, não é uma questão de custos, não é falta de investimento, são outras coisas que urge serem colmatadas, porque se não fizermos algo neste campo vamos continuar a investir dinheiro e a não ver resultados no terreno.

Depois, responderei ao Sr. Deputado Abel Baptista. Agora, gostaria que o Sr. Coordenador desse a palavra ao meu Colega António Calinas, que poderá responder de seguida.

O Sr. Coordenador: — Tem a palavra, Sr. Vice-Presidente da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários.

O Sr. António Calinas (Vice-Presidente da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários): — Muito bom dia, queria cumprimentar todos os Srs. Deputados. Vou tentar responder, conforme dito pelo meu Presidente, pontualmente às várias perguntas.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Pinto falou no teatro de operações e em dificuldades de legislação. As dificuldades normalmente não são muitas quando os incêndios são pequenos. Porquê? Porque só estão cinco bombeiros e mal seria se cinco bombeiros não se entendessem, não é? O problema existe quando o escalonamento da ação passa para mais meios.

Agora, vou responder à Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Neto no que respeita à questão da articulação dos meios.

A partir do momento em que o primeiro chefe de equipa solicita mais meios, e ele tem a condicionamento de só ter comando sobre um determinado número de equipas, tem de vir também, desculpem a expressão, «agarrado» um elemento de comando para assumir esse comando de operações.

Por vezes, pelos mais diversos motivos, não há elementos de comando disponíveis no momento e temos assistido a elementos bombeiros de terceira a comandar teatros de operações com várias entidades no local, com meios aéreos no local. O que não quer dizer que não tenham competência para isso, porque o fazem, portanto, se o fazem, fazem-no sempre bem, pois, se o fizessem mal, alguém teria que os tirar e não teria cabimento. O que estou a dizer é que por dificuldades de meios da mais diversa ordem, que não nos cabe a nós referir, mantemos elementos, que supostamente não têm formação específica para essa área, a fazer essa ação. Temos assistido a isso e daí poderá advir alguma má relação com outros meios, ou com outras entidades, que têm outro nível de escalonamento que não a base da sua hierarquia.

Depois, referiram as questões das máquinas de rastos e dos meios aéreos, às quais acrescento o uso do fogo.

Os meios aéreos são, digamos, os últimos dos meios. Já foi dito, nesta Comissão, que o combate dos incêndios florestais tem de ser feito de uma outra maneira. Com certeza que sim. E só há uma maneira — desculpem a minha frieza — de os bombeiros não morrerem dentro de um incêndio, que é não ter bombeiros dentro de um incêndio. A partir do momento em nós que estamos dentro do incêndio, a probabilidade de nos acontecer um acidente é elevada.

No nosso País, o combate aos incêndios tem de mudar: temos que passar a fazer combate indireto, que é feito com máquinas de rastos ou usando o fogo. Temos que esperar o inimigo onde ele nos é mais favorável, passar a ter uma máquina de guerrilha e não de combate direto, porque em combate direto perdemos, e o ano passado perdemos oito vezes pelo menos, fora os feridos que são muito mais do que oito, como devem saber.

Portanto, as máquinas de rastos são essenciais, mas nalguns teatros de operações, porque no sítio onde houver muitas pendentes ou muita pedra a máquina de rastos também é ineficaz e aí temos que passar a usar o fogo. O uso do fogo, neste momento, é quase, embora a ação seja fogo prescrito, proibitivo para os bombeiros. Não é porque não tenhamos bombeiros com capacidade para o fazer, não temos é ministrado formação a esses bombeiros e não lhes temos dados meios, porque não basta dar um pinga lume a um bombeiro para ele passar a fazer contrafogo, são precisos meios, formação complementar para o fazer de forma consciente e competente.

Esses meios deveriam ser dados não a todos os bombeiros, mas a um número suficiente de bombeiros, por distrito, que possa responder rapidamente às solicitações, porque não resulta estarmos à espera de alguém que o faz, mas que vem de longe, que faz 300 ou 400 km, sabe-se bem como, para chegar ao local, pois há coisas que são para fazer 10 minutos depois, não quatro horas depois, porque quatro horas depois «já foi». Além do mais, implica uma análise do terreno: as pessoas vêm de longe, não conhecem o terreno e para fazerem o seu trabalho têm que fazer uma análise e não a fazem em segundos nem em minutos. Portanto, normalmente, aqui, perde-se muito tempo.

Isto também tem de ser feito a nível local, e aí entram as câmaras municipais e os Gabinetes Técnicos Florestais (GTF): a análise feita tem de ser local, o planeamento tem de ser local, recorrendo ao histórico, sabendo

que o fogo começa normalmente aqui e acaba ali..., portanto, que para se fazer um combate indireto face àquela ignição, naquele local, tem de se começar a combater o fogo onde ele vai estar daqui a 30 ou 40 minutos e não propriamente na cabeça das chamas. Isto é trabalho de casa que não é feito, pese embora alguns GTF o façam, mas, na generalidade, os GTF não o fazem e andamos a correr atrás do prejuízo.

Logo, não há propriamente um trabalho de campo feito.

Neste momento, nalguns sítios faz-se fogo, noutros sítios não se faz. Porquê? Porque não há capacidade técnica ou também não há vontade de o fazer. Isto, depois, condiciona a ação dos bombeiros.

Os bombeiros combatem todo o tipo de sinistros, mas têm que combatê-los em segurança.

Enquanto bombeiro, não me interessa muito dizer se a floresta está mais ou menos ordenada, isso é um problema político e de gestão da floresta. Contudo, posso-vos dizer que numa floresta mais ordenada tenho uma eficácia maior, portanto nessa floresta o dano será menor; numa floresta não ordenada estarei a fazer um combate indireto e a assumir que vai haver perdas. É como na nossa casa: se tivermos uma casa arrumada e se tivermos um extintor, se houver um incêndio, acionamo-lo e combatemos o fogo e o bombeiro, quando chega, tem uma coisa mais limitada para fazer; se não tivermos nada disso e se tivermos tudo desarrumado, quando o bombeiro chega, a casa está tomada de chamas e, pura e simplesmente, perdemos a casa. Isto é o que se passa nos incêndios florestais.

Temos de deixar de ser, desculpem a expressão, tão pró-ativos, ou seja, ir tão à cabeça do fogo e esperá-lo nos sítios que nos sejam mais favoráveis e assumir que, por falta de gestão florestal, o proprietário vai perder mais do que aquilo que era suposto perder. Eu é que não posso

perder combatentes que são caros, e cuja formação é cara, para defender algo que pertence a alguém que não teve o cuidado que deveria ter tido. Esta é a nossa opinião enquanto Associação.

Srs. Deputados, no que respeita ao rescaldo mal feito, tenho a dizer-vos o seguinte: há sítios e corpos de bombeiros que, embora pareça incrível, têm incêndios em lista de espera. E quando se diz, ao fim do dia, que estiveram envolvidos 300 veículos e 5000 bombeiros no combate a um incêndio, na verdade não estiveram 5000 bombeiros, com certeza estiveram 1000 bombeiros cinco vezes no mesmo teatro de operações.

Na estatística é fácil fazer crescer os números, mas também é fácil dividi-los: são 5000 bombeiros, porque, se estiverem dois distritos a arder, não há 5000 bombeiros em dois distritos; houve, sim, bombeiros que responderam a vários teatros de operações durante um determinado período de tempo. Fazer crescer os números é fácil, mas só que isso, depois, gera exaustão no uso de elementos, sendo que há elementos de corpos de bombeiros que são os mesmos durante todo o tempo.

Portanto, não há uma rotatividade, e isso tem de ver com diversas questões, nomeadamente com o facto de o voluntariado estar disponível ou não.

O voluntariado dos bombeiros — pese embora todas as outras organizações de voluntariado que existem, às quais peço desculpa — é o único que tem obrigações legais para se manter ativo.

O bombeiro voluntário, ao contrário de um bombeiro profissional, a quem a entidade patronal tem de oferecer 35 horas de formação/ano, tem de fazer 70 horas/ano para se manter no ativo, e se só fizer 69 horas/anos — o instrumento só serve para isso — é colocado fora do ativo. Somos a única entidade obrigada a fazer determinado serviço operacional, independentemente de termos muita ou pouca disponibilidade por ano.

Mais nenhuma outra estrutura, por regulamentação do Governo, tem a obrigação legal de o fazer. Como costumamos dizer, sou só voluntário na minha disposição de ser bombeiro; a partir do momento em que o sou, a minha condição de voluntário não é assim tanta quanto isso.

Se tenho fogos em lista de espera, o rescaldo provavelmente será mal feito. Isto é uma condicionante, portanto alguma coisa tem de ser deixada para trás.

No que respeita à movimentação de forças nos teatros de operações, é sabido que há distritos em que devido a variados problemas, nomeadamente, o êxodo, a idade avançada das pessoas, a crise económica que leva à saída de pessoas desses distritos, as corporações estão desfalcadas de meios humanos; e há outros distritos em que, devido ao peso da concentração da população e à maior atratividade pela atividade de bombeiro, alguns bombeiros podem fazer essa movimentação. A associação já uma vez tentou fazer uma movimentação não de meios técnicos, porque provavelmente até existem meios técnicos nesses distritos, porque estão lá as viaturas, não existem é meios humanos. Nos distritos que têm mais meios humanos poderá haver um recrutamento, até com base no voluntariado, o que presumo que seria fácil, porque os bombeiros de Lisboa... Não é que sejamos todos pirómanos, mas um bombeiro é treinado para apagar fogo e, quando vê que em Viana do Castelo ou no Gerês há floresta a arder e está em Lisboa não pode fazer nada para ajudar combater, porque nem sequer pode oferecer-se para ajudar.

Provavelmente, em Lisboa existem meios disponíveis e que poderiam, em equipas de três, de quatro... Na lógica da Associação, seriam equipas de quatro, porque no distrito estão os meios técnicos e a associação local daria o motorista, que é aquele que conhece o local, sendo que depois o resto — mexer nas agulhetas, nos veículos e tudo o mais — é igual para

todos, portanto, ao fim de 10 minutos, todos sabem mexer nos veículos. Portanto, poderíamos movimentar desses distritos, numa base permanente durante o verão, um efetivo para reforçar esses locais.

É lógico que tem de haver disponibilidade dos locais para nos receberem e também o suporte para essas situações. Acredito que mantendo cama, roupa e alimentação até se conseguirem, na base do voluntariado, ou seja, sem haver pagamentos, pessoas para prestar ajuda nesses locais. Portanto, não o fazem, provavelmente, porque isso seria assumir tacitamente a fraqueza do sistema nesses locais.

Quanto ao suporte das ações, os meios logísticos, como viram, a logística pura e dura não existe na nossa organização. A logística é entendida como o meio gasóleo para pôr o carro a funcionar, porque é essencial, se não haver gasóleo ele não anda; e a água para o carro apagar o fogo e, desculpem a expressão, uma «sandocha» e um sumo, sendo que às vezes até se pede à população que suporte isto.

Portanto, não há um trabalho prévio para verificar o seguinte: «tenho 100/ 200 pessoas aqui, onde é que vou buscar alimentação? A quem é que a vou buscar? Ela está ou não pré-feita?». Isso não existe, o que leva, depois, a um encarecimento. Quando vemos as contas, ou seja, quando verificamos quanto é que se gastou na alimentação e dividimos esse valor pelo efetivo, pensamos que o efetivo foi todo comer a um restaurante de elite em Lisboa, quando na verdade não foi isso que aconteceu.

Falou-se aqui nas quatro horas de combate. Dou de barato as quatro, passo a seis. Mas, ao fim de seis horas, esses elementos deveriam ser retirados do local e ir para um sítio descansar — não é dormir no queimado, como aqui se viu, porque isso não é descansar, enrolados debaixo do carro, é ir para uma situação fora do teatro de operações e

descansar efetivamente oito horas, enquanto lá estão outros colegas a combater o fogo, e depois entrar novamente no combate.

Os carros não se vão chatear por lá estarem tantas horas, mas os meios humanos, esses sim, deveriam ser trocados rapidamente. Porém, como só mandamos os carros com aquele número de elementos, eles vão estar, como acontece várias vezes, 10, 15, 20, às vezes 24 horas no teatro de operações. E mesmo que estejam sem fazer nada, como vimos alguns camaradas deitados, aquilo não é campismo, portanto, estar no sítio onde está o queimado a receber o cheiro, os gases ou as partículas que lá estão não é descansar.

Todos os municípios têm pavilhões municipais, têm sítios onde se pode tomar banho e, às vezes, há situações em pedimos encarecidamente para tomarmos um banho. Há algumas situações em que, no limiar, não podemos tomar banho e, como temos mangueiras, água e o pessoal também leva champô dentro do carro, fazemos aquilo que nos é permitido, que é tomar banho ao lado da estrada, Quando não nos é oferecido banho, é o que fazemos.

Portanto, não há um planeamento logístico para nada. Não há, inclusive, um planeamento logístico de suporte das viaturas — uma viatura entra no teatro de operação conforme está, mas quando sai deveria ser mecanicamente inspecionada, porque, depois, temos alguns acidentes de viação devido a problemas que se verificaram dentro do teatro de operações, uma vez que a viatura não foi inspecionada, não foi lubrificada. Nada disso existe.

No entanto, está consignado que numa zona de concentração e reserva há meios para estas coisas. Eu nunca os vi, e posso dizer que já passei por vários teatros de operações, não muitos, pois também não sou

assim tão antigo nos bombeiros quanto isso, mas nos teatros de operações por que passei nunca tive esse suporte.

As zonas de reserva existem, mas são espaços onde estou à espera, mas nelas não estão propriamente meios técnicos. Refiro-me a alguém especializado, porque tem de ser um mecânico, não pode ser um curioso. Na equipa tentamos fazê-lo, mas às vezes temos limitações.

Portanto, meios logísticos são uma disciplina sobre a qual pura simplesmente, ao abrigo da gestão de emergência, ninguém faz a menor ideia do que é que estamos a falar.

O Sr. Coordenador: — Agradeço-lhe que acelere um bocadinho...

O Sr. António Calinas: — Com certeza.

O Sr. António Calinas: — Com certeza.

Por fim, queria falar sobre a questão da tipificação do Corpos de Bombeiros (CB) *versus* financiamento dos CB.

A tipificação dos CB existe, virtualmente, no papel, porque todos querem ser tipificação 1. Depois, está na base de um planeamento de risco feito pelos municípios em que achamos que os municípios têm riscos que ninguém imagina, mas depois não é correspondido da parte dos corpos de bombeiros, porque, se eu tenho um risco de matérias perigosas, devia ter, da parte dos bombeiros, uma resposta sobre matérias perigosas e não tenho. Portanto, esta ligação de uma coisa à outra não existe.

Depois, em relação ao financiamento, se o financiamento do tipo 1 é  $x$ , mas o do tipo 2 é  $x+y$ , eu quero ter o do tipo 2 para não ter o tipo 1. E quando isto é só na base do efetivo e pouco mais, como acontece hoje em dia, a ideia é sermos todos de um determinado tipo.

Portugal não tem de ter todos os corpos de bombeiros de determinada tipologia... Os comandantes dos corpos de bombeiros não têm de ser todos comandantes..., ou seja, quando se reúnem, a patente é de comandante e, portanto, ficamos sempre na dúvida sobre quem manda; se são todos comandantes, não há distinção de um comandante de um corpo maior, de um corpo menor ou, até, do risco, se é mais ou menos deferido.

Quanto à questão da Força Especial de Bombeiros (FEB) *versus* Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), permitam-nos que, enquanto bombeiros voluntários, não nos imiscuamos. O que podemos é dizer que não tem sentido «dividir para reinar»; ou se aposta numa ou se aposta noutra. Portanto, não tem grande sentido e há lugar para essa força, todo e mais algum espaço. Não temos problema algum em que existam ou os dois — mas aí, enquanto contribuinte, eu poderia dizer alguma coisa — ou uma só, devidamente estruturada.

Os CADIS e CODIS são empregados do Estado, portanto, permitam-me também que não tenha... Se o Estado os contrata...

Quanto aos COM, não faço a menor ideia do que seja, tenho dificuldade em perceber o que é um COM, porque um COM é um Comandante Operacional Municipal, que coordena. Por isso, logo aí, ficamos logo mal na conversa, não é?...

Depois, há pessoas que assumem tudo e mais alguma coisa, ou seja, assumem que são comandantes dos bombeiros, que são COM, que são assessores do presidente da câmara, são isso tudo e mais outra coisa. Portanto, no dia em que acontecer alguma coisa de grave, a dificuldade é grande em gerir estes meios, porque eles não se podem dividir em várias partes e, portanto, há aqui algo que é difícil.

No que se refere à questão da adequação de meios, gostaria de dizer que em termos distritais, tirando algumas particularidades, normalmente

todos os distritos estão bem servidos. Em Lisboa, ao contrário do que algumas pessoas dizem, há muitos veículos florestais, que têm que existir porque senão, quando nos pedem ajuda, não podemos ir montados nos veículos urbanos. Portanto, temos de ter veículos florestais para suportar as ações dos outros camaradas. Por isso, a adequação dos meios, neste momento, é a melhor, sendo que depois, a nível distrital, poderá não haver... ou, melhor, poderá haver uma complementaridade, havendo aqui uma concorrência de meios em que querem ter uma complementaridade. Mas isso terá de ser gerido a nível distrital e não será muito connosco, pouco temos a ver com isso.

Penso que consegui responder rapidamente a várias questões. Se houver mais alguma, depois digam, se faz favor. É muito difícil responder a todas.

O Sr. Coordenador: — Com certeza!

Aliás, acabei de dizer aqui ao Sr. Diretor que se, eventualmente, pelas questões que foram colocadas, entenderem que podem complementar a informação que nos estão a dar com algum documento escrito, nós agradecemos.

Não sei se algum dos senhores quer complementar mais alguma coisa...

O Sr. António Calinas: — Ia pedir ao Ricardo Correia para complementar.

O Sr. Coordenador: — Certamente.

Tem a palavra o Sr. Diretor Ricardo Correia.

O Sr. Ricardo Correia (Diretor da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários): — Obrigado a todos os Srs. Deputados pelo convite que nos fizeram e pelas palavras que nos endereçaram. Penso principalmente nos colegas que faleceram em serviço, porque com certeza que hoje existem muitas famílias destruídas e crianças a passar dificuldades escolares e mesmo em termos sociais, pelo que, se calhar, uma das temáticas que importa que os Srs. Deputados abordem para procurar mudar é a questão dos seguros, que, infelizmente, não cobrem as dificuldades que aparecem não só quando a morte do bombeiro acontece, mas, principalmente, quando o bombeiro fica ferido na sequência de um incêndio ou de qualquer outra atividade que os bombeiros desempenham.

Temos conhecimento de muitas situações graves e de dificuldades, não só pelo fraco apoio das companhias de seguros, visto que as apólices não são nada de especial — perdoem-me a expressão —, mas também e principalmente porque depois, no final, nas coberturas dos seguros há uma articulação com o fundo social do bombeiro que nem sempre funciona bem. Ora, eu gostaria que daqui saísse essa intenção de procurar saber até que ponto é que isto está a funcionar, se realmente está a funcionar e de procurarem casos práticos, para não nos basearmos apenas em estatísticas. É porque vidas humanas e danos físicos não são números, são coisas que causam incómodo a quem voluntariamente deu a vida pelo País e que muitas vezes sofreu no aspeto físico e condição física.

De uma forma muito geral, até porque os meus colegas já responderam à maior parte das questões, penso que se saltou aqui um bocadinho a questão da formação dos bombeiros.

Na nossa ótica, a formação dos bombeiros funciona, mas não em quantidade suficiente. O Rui há pouco falou da questão da formação dos bombeiros, a inicial, e da formação de comando, mas também da formação

contínua. Isto é, até há pouco tempo a Escola Nacional de Bombeiros focou-se muito na formação e no efeito de progressão de carreira, dando demasiada formação aos elementos mais baixos da carreira, tendo as chefias ficado um bocadinho para trás nesta situação, a qual está a ser remediada já este ano, em que se inverteram os papéis, estando agora as chefias a receber formação.

Importa também — e tendo em conta que grande parte dos corpos de bombeiros é feita de bombeiros voluntários que têm os seus trabalhos, têm ocupações profissionais —, que cada vez mais a formação dos bombeiros seja feita no seu local de residência e feita com pessoas da sua própria corporação.

Importa, pois, que a Escola Nacional de Bombeiros continue o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, reconheço, de formação de formadores e, cada vez mais, de formação de formadores internos que deem esta formação. E que esses formadores internos, interligados com os formadores do seu próprio distrito, ajam então na questão da instrução e da formação e da questão prática, que também já foi aqui falada e que é muito importante para que, depois, haja essa interligação a nível distrital.

Em relação à prevenção, penso que não valerá a pena falar disso, porque, é público, está a falhar completamente. A gestão das florestas é um assunto que importa rever muito urgentemente.

A questão é muitas vezes o que acontece no pós-incêndio. Se fizerem uma visita pelos incêndios que aconteceram, por exemplo, no ano 2008, e o que é que foi feito desses territórios, provavelmente verificam que foram cheios de eucaliptos e de árvores que, se calhar, têm uma tendência muito grande para o incêndio. Isto porque depois não há uma gestão de limpeza dessa mesma riqueza que será produzida mais tarde.

É importante falar também da questão da taxa municipal. A taxa municipal é realmente um aspeto muito importante, mas tem de ser complementar, isto é, o que está a acontecer é que muitos dos municípios que estão a adotar a taxa municipal estão a substituí-la pelos apoios que dariam do seu próprio orçamento. Concretamente, tinham uma verba hipotética de 25 000 € para aquela corporação e, ao aderirem a este método de trabalho da taxa municipal, retiram esses 25 000 € e passa o civil a pagar aquilo que seria da autarquia. Portanto, em vez de complementar, acaba por substituir. Ora, importa que isto não aconteça, porque estamos aqui a tentar inventar um meio de financiar que acaba por não financiar nada, porque só estamos a aliviar os cofres da autarquia.

Quanto à situação de Ponte de Lima e da viatura, penso que é uma questão tão burocrática que penso que seria até um crime perdermos tempo a falar sobre ela. A questão é a de que, se a viatura é da Autoridade Nacional de Proteção Civil, cabe a esta entidade agarrar na viatura e resolver o problema. Se a viatura é realmente necessária, se foi adquirida e custou dinheiro aos contribuintes, então vamos agarrar na viatura e vamos resolver o problema, porque de certeza absoluta que estará a fazer falta.

No que toca à central de compras, na minha ótica, é uma solução para os problemas dos equipamentos, para que não se compre um equipamento *a* no norte, um equipamento *b* no centro e um equipamento *c* no sul, porque, se calhar, juntamo-nos todos no mesmo teatro de operações e cada um veste o seu tipo de equipamento, com as suas próprias características, umas melhores e outras piores, e acaba por não haver uma igualdade que julgo ser necessária.

Da questão da movimentação das forças também já se falou. É claro que importa também continuar com este sistema de retirar as equipas das viaturas e mandar a viatura apenas com um motorista, sendo que as equipas

devem ser mandadas em transporte adequado e múltiplo, seja autocarro seja o que for entendível para que as equipas possam ir com algum conforto. Como compreendem, um veículo florestal não é propriamente um carro confortável para ir de Lisboa ao norte de Portugal com as condições que o veículo oferece. Por isso, como já foi referido, quando as equipas chegam ao local, estão mais esgotadas do que se tivessem estado num incêndio aqui à porta...

A questão das máquinas de arrasto e dos meios aéreos também já foi aqui falada e eu gostaria que os Srs. Deputados não confundissem as coisas, no sentido de que os meios aéreos têm um trabalho muito importante no combate inicial e no combate ampliado e as máquinas de arrasto não trabalham no combate inicial. Portanto, os meios aéreos não substituem de maneira nenhuma as máquinas de arrasto nem as máquinas de arrasto substituem de maneira nenhuma os meios aéreos. Existe, sim, na minha ótica, uma importância muito grande em que, de uma vez por todas, se invista na solução *Canadair*. Sou da Lousã, uma área bastante crítica em termos de incêndios florestais e florestação e onde o meio aéreo pesado é uma ferramenta fulcral para o combate e para que se acelerem as horas de combate e para que não haja tanto risco para os bombeiros que fazem ataque direto.

Quanto à introdução do CADIS, penso que quando estive aqui, o Comandante José Moura esclareceu perfeitamente o que é que o CADIS vem introduzir e ele, melhor do que ninguém, saberá se está a funcionar ou não.

Só para terminar, o SIOPS está muito bem feito. Poderá apenas precisar de ajustes. Mas, e só para que compreenda cada realidade, em termos distritais, Coimbra — e eu falo de Coimbra porque sou de lá —, conseguimos meter 200 bombeiros nas primeiras duas horas de combate. E

a razão é muito simples: é porque somos muitos, porque temos concelhos com um nível habitacional muito grande e é fácil que as corporações de bombeiros tenham muitos meios para introduzir logo nos primeiros minutos.

Mas se formos para o norte, se formos para Viana, para Bragança ou para qualquer um desses sítios, não podemos comparar, porque é muito difícil que este SIOPS funcione tal e qual como está escrito, porque não há meios.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Oneto (PS): — A questão que coloquei foi a da capacidade de montar o posto de comando operacional e de fazer o ataque evolutivo e modular em todas as fases do incêndio. Essa é que é a dificuldade.

O Sr. Ricardo Correia: — Só para que tenha a noção, o combate é feito por triangulação. Sempre que há uma origem de um incêndio são acionadas três corporações de bombeiros, incluindo os GIP, os sapadores florestais, a Força Especial de Bombeiros, ou seja, todas as forças que intervêm no âmbito dos incêndios florestais são ativadas para aquela chamada.

A primeira viatura a chegar ao local, com cinco homens, assume o comando daquela operação e, à partida, presume-se que seja do concelho onde está a decorrer o incêndio. Portanto, toda esta cadeia inicial do SIOPS começa a funcionar. Só que é difícil para um elemento que chefia uma viatura, que chefia quatro homens passar a chefiar não só estes meios humanos e materiais como todos os outros que vão chegar, como todos os outros que ele ainda vai ter de solicitar e ainda os meios aéreos que vão atuar.

É claro que nesta altura o ideal seria, como já foi referido, o acionamento imediato de um elemento de comando e, por consequência, a montagem do posto de comando para que haja toda a cadeia logística de aconselhamento e de estado-maior para que as coisas funcionem. Se não, então, se continuarmos a entregar mais responsabilidades ao primeiro homem que chega, não vai dar, ele vai falhar alguma dessas responsabilidades.

Assumo que esse elemento que chega tem uma posição fulcral da qual não pode ser distraído, que é a avaliação das condições de terreno, a avaliação da progressão do incêndio e a segurança das equipas no local e deixar todas essas responsabilidades para que sejam imediatamente acionadas e combatidas logo desde o primeiro minuto.

Termino assim a minha intervenção. Se precisarem de mais alguma questão, estou ao dispor.

O Sr. Coordenador: — Faça favor, Sr. António Calinas.

O Sr. António Calinas: — É que falou aqui numa palavrinha que a nós, bombeiros, quase que, como a logística, nos foge, que é estado-maior. Ou seja, nós temos comandantes, temos adjuntos de segundos comandantes e adjuntos de comando. E ponto! O estado-maior nas corporações, embora esteja consignado em legislação, e muito bem, não existe. Portanto, não há *advisers*. No corpo de bombeiros não há propriamente uma pessoa que seja especializada em logística, outra em comunicações, outra em planeamento. Não há! Por vezes não é por falta deles, é porque alguém entende que aquilo poderá ser uma afronta ou uma competição. Este modelo é inspirado no regime militar e, por muito que um tenente-coronel ou um coronel no Exército seja incompetente, jamais o seu capitão, que é muito competente,

lhe tirará o lugar. Portanto, ele fará tudo por ter muitos capitães, muitos tenentes e muitos sargentos competentes, por muito incompetente que ele seja.

Nos bombeiros ainda não há esta ideia. Porquê? Porque nos bombeiros poderá vir qualquer elemento de fora da estrutura de bombeiros ser comandante de bombeiros e a qualquer momento poderá deixar de sê-lo, o que não se passa, por exemplo, na estrutura militar, porque, se é coronel há de ser coronel, pode ser é coronel a vida toda, mas dali não passará. Aqui, essa situação não existe. Às vezes há uma tentativa de não ter elementos tão válidos por medo (a palavra é mesmo essa) de alguma preponderância.

Portanto, aquilo que nos poderia suportar, a tal implementação do posto de comando, ou seja, o comandante acionar para o seu local a sua estrutura de estado-maior e eles, sim, acionarem o SIOPS dentro da sua localidade, na sua plenitude, não existe porque não existe essa estrutura planeada, treinada e pensada a nível local, ou seja, não existe o estado-maior dentro do corpo de bombeiros.

E era só isto que eu queria acrescentar.

O Sr. Coordenador: — Para terminar, tem a palavra o Sr. Diretor Ricardo Correia.

O Sr. Ricardo Correia: — Srs. Deputados, o António Calinas acabou por fazer agora uma precisão, porque normalmente os problemas dos bombeiros não resultam da falta de apoios, nem da inexistência de meios — é uma coisa curiosa, mas sentimos isso todos os dias.

O Sr. Deputado Abel Baptista referiu-se e questionava porque é que 50% dos bombeiros voluntários não têm trabalho operacional.

Efetivamente, são 50% dos operacionais, ou seja, quando eu referi que tínhamos cerca de 30 000 bombeiros (e são números redondos, que consultei antes de vir para cá na página da Autoridade Nacional de Proteção Civil, meios que tinham sido contabilizados no dia 22 de janeiro, portanto, são números «frescos»), temos, por exemplo, na reserva 16 000 bombeiros e isso preocupa-me! E preocupa-me porque eu sei o motivo!... E o motivo é o incumprimento das 70 horas de formação, mesmo que seja por meia hora ou uma hora!

Aliás, de uma forma arbitrária e não respeitadora da legislação, o recenseamento nacional dos bombeiros portugueses passa o bombeiro automaticamente para a reserva, sem sequer notificar o bombeiro... e depois comete uma série de atropelos àquilo que são as regras mais básicas da boa convivência, inclusive com o próprio bombeiro, que muitas vezes tem 20 e 30 anos de serviço e que depois falta naquilo que são os teatros de operações...! Se repararmos — aliás, em todas as imagens — é raríssimo vermos alguém com 40 ou 50 anos naquelas imagens, porque cada vez escasseiam mais... É porque este recenseamento que deveria servir, por exemplo, para fazer os pagamentos às equipas que compõem o DECIF (Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais) e os pagamentos deveriam ser feitos diretamente através da Autoridade Nacional de Proteção Civil para o NIB do bombeiro que executou o serviço, ou seja, o seu comandante tem a escala de serviço, passá-la-ia ao CODIS, respeitando aquilo que se faz, e depois a transferência bancária não seria para o corpo de bombeiros... É porque aquilo que sabemos, infelizmente, é que muitas dessas verbas — aliás, no Algarve ainda não se pagou a muitos bombeiros essas verbas do DECIF 2013, segundo aquilo que foi relatado e que ninguém refutou — muitas vezes são utilizadas a pretexto de multas, ou seja, «Tu faltaste um dia ao serviço porque estiveste doente, porque tiveste

de ir fazer as compras com a esposa... e, portanto, vais ser multado aqui no teu trabalho, no valor desse dia em que trabalhaste na equipa ECIN (Equipa de Combate a Incêndios) ou na equipa ELAC (Equipa de Apoio Logístico)!»...

Nós tivemos um caso — e às vezes até comento isto nas reuniões de Direção —, nós tivemos um caso com uma pessoa que eu, enfim, respeito muito porque uma parte da minha vida de bombeiro também passou pela convivência com o Comandante Gil Martins na altura em que ele era Comandante de Lisboa e Vale do Tejo e era formador na escola onde eu fiz o curso de chefias em 1991... Bom, mas eu lembro-me sempre disso porque, não querendo falar desse caso em concreto, aquilo que noto é que, passados quatro ou cinco anos sobre esse episódio, continuamos a verificar que nada foi alterado, ou seja, todos os dias temos pessoas que se apropriam indevidamente dessas verbas.

Foi solicitado pela Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários na reunião de apresentação de cumprimentos da Direção ao Sr. Secretário de Estado da Administração Interna que tem a pasta da Proteção Civil que, «por favor, em 2014 faça esta correção». E esperamos que o recenseamento nacional de bombeiros portugueses que neste momento «mata» muitos dos melhores operacionais que temos em Portugal permita, por exemplo, fazer estes pagamentos diretamente aos bombeiros sem que ninguém tenha a ousadia de se apropriar destas verbas neste percurso de pagamento.

Portanto, estes 50% são efetivamente um número..., são 16 000 bombeiros que poderiam estar no teatro de operações!... São 16 000 homens e mulheres que muitas vezes tiveram necessidade de, por exemplo, emigrar, são pessoas que têm um trabalho que não lhes permitiu fazer a tal formação de 70 horas... Aliás, é curioso como é que a um bombeiro

profissional se pedem 35 horas de formação e a um bombeiro voluntário se pedem 70 horas...!

Por isso, quando eu falo de legislação sobre bombeiros voluntários, temos muita coisa a corrigir. Muitas vezes os bombeiros fazem mais horas de formação, mas temos de pensar naqueles que não podem fazer essas 70 horas porque muitas vezes têm de ir à escola. Por exemplo, na progressão na carreira muita da formação é dada fora... Portanto, estas questões são preocupantes.

Relativamente à taxa municipal de proteção civil, dou o exemplo de Aveiro: as últimas notícias lidas na comunicação social diziam que 20% dessa taxa cobrada no Município de Aveiro é que ia para os bombeiros e, portanto, que o resto era o Serviço Municipal de Proteção Civil, era para elaboração do Plano Municipal de Emergência e Cartografia de Risco..., portanto, era dinheiro gasto no município — não quer dizer que isso não seja necessário, é fundamental! —, mas aquilo que chega aos bombeiros — e o Sr. Deputado Abel Batista colocou essa questão diretamente —, no caso de Aveiro (e não deve ser diferente do resto do País, porque as câmaras municipais comungam muito dos mesmos princípios), é 20%. Portanto, é muito pouco!... E estamos a falar de Aveiro que tem bombeiros novos e bombeiros velhos..., portanto, dois corpos de bombeiros, o que, se dividirmos, dá 10% para cada um...!

Relativamente àquilo que deveria ser a tal «central de compras», essa é uma solução fundamental e estou convencido de que a Autoridade, elaborando o caderno de encargos, fazendo a aquisição do equipamento (e nem sequer precisa de distribuir..., basta que no caderno de encargos venha essa cláusula de que o fornecedor tem de fazer a distribuição pelos corpos de bombeiros..., portanto, isso depois nem sequer se põe como trabalho...), essa é a única forma de termos um equipamento de proteção individual dos

bombeiros igual de norte a sul do País, com qualidade e adquirido de acordo com um caderno de encargos que (e tanto quanto sei o Sr. Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil está neste momento a elaborar aquilo que deve ser o verdadeiro equipamento de proteção individual e fico muito contente com isso) permita que isso possa ser uma realidade para os bombeiros portugueses que tanto se esforçam, que tanto dão de si e que só pedem duas coisas: motivação e respeito.

E sobre motivação eu terminaria falando sobre o estatuto social do bombeiro: desde 2007 que os bombeiros voluntários deste País perderam praticamente tudo aquilo que era motivação. Senão vejamos: da contagem de tempo para efeitos de serviço (embora pagando, nada era dado, tudo era pago!), os bombeiros passaram de 25% para 15%, que desapareceu agora! Perdemos a isenção do pagamento de taxas no Serviço Nacional de Saúde... E eu pergunto: um bombeiro que combateu um incêndio, que suou e esteve horas exposto ao calor, que entretanto arrefeceu molhado, que apanhou uma gripe, esse bombeiro tem de ir ao hospital ou ao centro de saúde e vai pagar por isso?!... Não acho que seja correto!!

Por outro lado, e ainda relativamente à motivação, aquilo que hoje consideramos como única motivação é mesmo essa coisa que muitos classificam como «bichinho» e que ainda nos faz militar nestas fileiras, e, no dia em que os bombeiros voluntários deixarem de combater os incêndios, nomeadamente os florestais, deixarem de prestar socorro, nós não temos estrutura nenhuma que os substitua — e eu acho que neste momento estamos a perder uma «nata» muito boa daquilo que foi o apuramento — porque também tem sido feito um esforço muito grande nesse aspeto —, estamos a perdê-los precisamente por esta falta de motivação e respeito.

Muito obrigado a todos por nos terem ouvido.

O Sr. Coordenador: — Muito obrigado nós pela vossa disponibilidade.

Srs. Deputados, está encerrada esta primeira audição de hoje.

*Eram 11 horas e 25 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL